

Aos treze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, às 14h00, foi realizada de forma híbrida a 29ª Reunião do CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR, no endereço: Rua Inácio Lustosa, 700 – São Francisco, Edifício do PARANAPREVIDÊNCIA – 80510-000 – Curitiba – PR, e também através do [link: https://conferencia.pr.gov.br/ReuniaoOrdinariaCEESPR](https://conferencia.pr.gov.br/ReuniaoOrdinariaCEESPR). Estavam presentes os conselheiros: Suelen Gliniski Rosa, da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda (SETR); Rodriano de Souza, da Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social (SUDIS); Valdemir Batista Veloso Neto, da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento (SEAB); Lisiê Manoella Moro da Silva, da Rede Paranaense de Economia Solidária Campo-Cidade (Rede Mandala); Cleide Oberle, da Marreclê Crochê e Uniartes; Maria Luisa Carvalho, da Rede de Incubadoras Universitárias de Apoio e Fomento à Economia Solidária do Paraná (RIU/PR) e Luiz Alfredo Slusarz, suplente da Rede Mandala. Participaram como convidados: Antônio Silvestre, da Prefeitura de Itaperuçu; Jacson Paulo Tessaro, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-UFPR); Marcos Regazzo, da Cáritas Arquidiocesana de Londrina; Iris Montezano, da Cáritas Regional Paraná, Angela Padilha, do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA); Murilo Pessoa; Jesie, agente do Programa Paul Singer; Fabio Rodrigues Andrade, da Rede Girassol e Matheus José Gonzalez da Silva, da SETR. Suelen iniciou a reunião tratando do primeiro item da pauta, relativo à ata da 28ª Reunião Ordinária. Não houve objeções à ata apresentada, a qual foi aprovada. Em seguida, a foi introduzido o segundo item da pauta, a respeito da Comissão de Cadastro e Informação do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL). A palavra foi dada a Matheus, que afirmou que a comissão do Paraná estava estabelecida, tendo realizado sua primeira reunião no dia primeiro de outubro, sob orientações de um representante da comissão nacional do CADSOL, e que a próxima reunião já estava marcada para o dia vinte e oito do mesmo mês. Disse também que havia ocorrido um pequeno acidente, no qual um dos integrantes da comissão havia dado pareceres aos cadastros antes que houvesse uma reunião, porém já havia sido aberto um chamado e os pareceres estavam aos poucos sendo revertidos para análise conjunta. Maria Luisa disse ser importante haver ampla divulgação do CADSOL a partir daquele momento, a fim de haja cada vez mais empreendimentos cadastrados agora que a comissão estava funcionando. Rodriano sugeriu que fossem feitos materiais gráficos para divulgação, aproveitando o Núcleo de Comunicação Social da SETR. Também foi dito ser importante, uma vez que a comissão estadual estava instalada, enviar ofício aos municípios que possuem Conselhos Municipais de Economia Solidária para que instalassem suas próprias Comissões Municipais, sugestões às quais não houve objeções. Passou-se então ao terceiro item da pauta, a respeito das reuniões descentralizadas do conselho. Suelen sugeriu que em novembro fosse feita uma reunião descentralizada no litoral, tendo em vista ser uma região à qual o CEES-PR não visitava há tempos. Acrescentou que se trata de uma região conveniente para que se encaixe na agenda de fim de ano, tendo em

vista que os servidores da SETR e de outros órgãos do governo estavam com muitos compromissos já agendados para o fim de ano. Foi sugerida então a cidade de Matinhos, que havia acabado de aprovar sua lei de Economia Solidária. Os conselheiros presentes concordaram, ficando Matheus incumbido de encontrar espaço adequado e viabilizar essa reunião junto a instituições de economia solidária do local, ficando a princípio agendada a para o dia onze de novembro. Em seguida, passou-se ao quarto item da pauta, a respeito da eleição dos conselheiros do CEES-PR. Suelen introduziu o assunto afirmando ser importante haver a indicação do Fórum Paranaense de Economia Solidária (FPES) dos Empreendimentos Econômicos Solidários e Entidades de Apoio e Fomento, com seus respectivos representantes, a comporem o Conselho a partir do ano que vem. Disse que seria necessário um decreto para nomeação dos conselheiros e que por isso a tramitação seria um pouco mais demorada, sendo importante haver os nomes até o fim do ano. Disse ser necessário um ofício assinado pela coordenação do FPES, contendo os nomes das organizações indicadas, nome de seus representantes e respectivos suplentes, além do RG, CPF, telefone e e-mail para contato de cada um deles. Além disso, seria necessária a ata da reunião em que a coordenação do FPES foi eleita, documentos pessoais dos membros da coordenação, bem como a ata da reunião em que fossem eleitos os indicados pelo FPES ao Conselho. Para os conselheiros indicados por órgãos do governo, o processo seria um pouco mais simples, sendo necessário apenas um ofício contendo nomes dos indicados a conselheiros titulares e suplentes, RG, CPF, telefone e e-mail. Matheus ficou com a incumbência de consultar a Assessoria Técnica da SETR para verificar se seria necessário mais algum documento além desses, bem como enviar e-mail ao FPES informando o fim do mandato e indicando a documentação necessária. Maria Luisa afirmou que os coletivos de economia solidária já estavam em contato com o FPES e se articulando para providenciar as indicações, informação que também foi confirmada por Marcos. Passou-se então ao quinto item da pauta, relativo às mostras de economia solidária a serem realizadas em outubro e dezembro. Suelen afirmou que já havia conseguido autorização do Secretário da SETR para a realização do evento no prédio do PARANAPREVIDÊNCIA em outubro. Também disse que Matheus havia conversado com o responsável na Secretaria de Estado do Planejamento (SEPL), que compartilhava o prédio com a SETR, para que houvesse anuência. Matheus informou então que havia solicitado o espaço para o dia dezessete de outubro, mas que ainda aguardava uma confirmação das datas disponíveis. Rodriano solicitou então que o evento fosse adiado, pois não haveria tempo suficiente para organizar o evento e mobilizar os empreendimentos econômicos solidários. Ficou então deliberado que, após a verificação das datas disponíveis, seria decidido entre Matheus, Rodriano e Lisiê o melhor dia para realização da mostra, possivelmente no fim de outubro ou início de novembro. Rodriano então pediu a palavra para tratar de uma feira de economia solidária que estava organizando, em conjunto com outros coletivos de economia solidária, para dezembro, próximo à Câmara de Vereadores de Curitiba. Disse que seria um evento grande, com a

participação de mais de oitenta empreendimentos econômicos solidários, possivelmente com uma praça de alimentação e eventos artísticos, em parceria com diversas Secretarias do Estado do Paraná e da Prefeitura Municipal de Curitiba, as quais também ofertariam serviços públicos à população. Rodriano também afirmou que tentaria trazer empreendimentos econômicos solidários do campo, para ofertar alimentos orgânicos no local, e Luis Alfredo afirmou que poderia ajudar. Como a data prevista para essa feira é no dia treze de dezembro, Suelen sugeriu que a data da última reunião do ano do Conselho fosse no dia doze, de modo que os conselheiros do interior pudessem vir a Curitiba participar da reunião e também da feira. Tal data ficou de ser confirmada na próxima reunião a ser feita em novembro. Foi também decidido que seria feito um convite ao Júnior, de São José dos Pinhais, a esses eventos, pois ele havia proposto um circuito de feiras de economia solidária, com intercâmbio entre empreendimentos das cidades da Região Metropolitana de Curitiba e do Litoral do Paraná nas feiras realizadas nos municípios dessas regiões, de modo que pudesse ser organizado esse circuito. Encerrado esse assunto, passou-se ao último item da pauta, que foi a respeito da situação das políticas públicas de economia solidária no município de Londrina. A palavra foi dada então a Marcos, que afirmou ocorrer um desmonte nas políticas de economia solidária naquele município. Segundo ele, estava previsto para o próximo ano um corte de 17 milhões de reais no orçamento da Secretaria de Assistência Social, à qual a economia solidária é vinculada. Com isso, a Cáritas Arquidiocesana de Londrina, que executa o Projeto de Inclusão Produtiva em parceria com a prefeitura, teria seus recursos reduzidos de R\$ 1.114.008,00 para R\$ 270.000,00, acarretando uma redução da equipe de quinze para quatro colaboradores, bem como uma redução de ações conveniadas de quarenta para dez, o que tornaria a execução do projeto insustentável. Marcos afirmou que a situação era desesperadora e estava procurando toda ajuda possível para essa situação. Disse ter feito uma reunião com o Prefeito do Município, o Secretário do Trabalho, Emprego e Renda e a Secretária de Assistência Social sobre o assunto, na qual o governo municipal se mostrou bastante irredutível, e ficou de apresentar uma contraproposta a eles, com um número mínimo de recursos necessários para manter o projeto funcionando. Suelen disse que, ao saber do assunto, conversou com o Secretário do Trabalho, Emprego e Renda do Município, para verificar a situação, no entanto a responsabilidade das políticas de economia solidária não era responsabilidade daquela pasta. Afirmou que o município estava realmente apresentando cortes de gastos em diversas áreas, um dos motivos pelos quais a Agência do Trabalhador da cidade estava assinando um Termo de Cooperação com o Estado do Paraná. Sugeriu que fosse feita uma reunião entre todos os envolvidos com a economia solidária do município e o CEES-PR, proposta com a qual os conselheiros presentes concordaram. Marcos disse então que apresentaria a contraproposta à prefeitura e, a depender da resposta, entraria em contato com a Mesa Diretora do Conselho. Maria Luisa sugeriu e todos os presentes concordaram que, sendo o caso, seria convocada uma reunião extraordinária, com ofícios

enviados ao Prefeito Municipal de Londrina e as Secretarias Municipais envolvidas com a economia solidária convidando-os a tratar do assunto com este CEES-PR. Encerrado este assunto, Rodriano solicitou a palavra para deixar um recado final, a respeito do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR), do qual ele participa como conselheiro suplente. Disse que foi aprovada uma verba de cerca de dois milhões de reais naquele Conselho para projetos relacionados a igualdade racial, e que foram incluídos entre esses projetos atividades voltadas à economia solidária, uma vez que há transversalidade entre os temas, com entidades voltadas a populações minoritárias que ao mesmo tempo exercem atividades como empreendimentos econômicos solidários, sendo uma possível fonte de recursos para esses empreendimentos. Afirmou que o edital seria lançado em breve e havia 39 municípios já qualificados para o repasse desses recursos. Por fim, se disponibilizou a passar novas informações sobre o assunto assim que possível. Sem mais itens a serem tratados, a reunião foi encerrada e eu, Matheus José Gonçalves da Silva, lavrei a presente ata.